



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

A alienação ambiental

Estava assistindo a um noticiário na tv quando uma jornalista célebre passou a palavra para a outra colega, com o comentário: “Esse é um assunto do seu coração, meio ambiente”. Mas a colega está equivocada. As ameaças ao meio ambiente se tornaram tão avassaladoras e tão abrangentes que esse não é mais um tema que diga respeito aos ambientalistas, mas, sim, a todos os cidadãos. As mudanças do clima se manifestam de maneira transtornada em forma de secas cruciantes, frios enregelantes, incêndios florestais, mutações nos ciclos das chuvas e desertificação do solo. Apesar de todos os sinais dramáticos,

as excelências da Câmara dos Deputados parecem estar vivendo em outro planeta. Eles votaram um verdadeiro pacote de destruição com o desmonte de políticas socioambientais essenciais para preservar o que nos resta e dar uma esperança de futuro viável. A chamada PL do Marco Temporal defende a tese de que teriam direito à demarcação de terras indígenas apenas as comunidades originárias que vivessem ou disputassem o território até outubro de 1988.

Ora, essa restrição é absurda, uma vez que, desde que os primeiros colonizadores aportaram no país, perseguiram e expulsaram os indígenas de suas terras. Além disso, as excelências esvaziaram as atribuições do Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Povos Originários e flexibilizaram as leis que permitiriam o desmatamento da Mata Atlântica.

É algo de uma desinteligência inominável, pois o primeiro segmento a sofrer as consequências será o agronegócio, com as mudanças climáticas que afetarão o ciclo de produção no campo e provocarão prejuízos incalculáveis. Ontem, houve uma manifestação organizada por diversos coletivos contra o desmonte ambiental. Nem sei quantas pessoas foram, mas me chama a atenção a alienação geral sobre questão gravíssima. A começar pelos meios de comunicação que ainda não perceberam que estamos em uma contagem regressiva dramática em relação ao meio ambiente. Com todo respeito, se limitam a uma cobertura burocrática.

As pessoas saíram às ruas impelidas por motivações absurdas e desrazoadas: o suposto ativismo judicial, as supostas fraudes do sistema eleitoral, a negação das vacinas, a reivindicação do voto impresso e o

pedido por uma ditadura militar. Um monte de asneiras e de mentiras bombardeadas pelas redes sociais que transformou a militância em uma caça de fantasmas, manipulada pelos robôs eletrônicos e humanos.

Assisti a um documentário sobre política na França e uma cientista política afirmou que, por lá, até os partidos de extrema direita precisam ter um programa de sustentabilidade ambiental, senão perdem completamente a competitividade e ficam fora da disputa. Se vão cumprir o programa, é um outro capítulo da história. Por aí, é possível perceber que temos um delay de consciência ambiental, estamos atrasados.

Até líderes e partidos de esquerda são alienados. Os colegas que foram tão importantes para lutar contra o negacionismo da ciência durante a pandemia ainda não acordaram para a relevância do tema. O meio ambiente deixou de ser uma questão

para ambientalistas. Quem não for ambientalista não sobreviverá.

Eu disse a alguns estagiários que estava indignado com a falta de indignação. E relembrei algumas canções berradas pelos punks do grupo paulista Fogo Cruzado, durante a década de 1980. Um deles comentou que eu estaria “nostálgico”. Não, nostálgica é a música breganeja, com aquela infundável sofriação sem saída.

Estou mesmo é indignado e o único canal que encontrou para expressar o inconformismo foram aquelas canções, das quais faço uma colagem livre para vocês: “Inimizade eu tenho pelas pessoas que se deixam enganar e roubar/Inimizade, inimizade/Gente, qual é?/Eu não sei/Como este mundo vai pra frente/Se só existe delinquente/O mundo vai acabar, o mundo vai acabar/O mundo acabará numa grande explosão/Cegos, surdos e mudos nada ouvirão.”

FCDF / Políticos do DF e representantes do setor produtivo consideram importante a decisão dos senadores em aprovar o texto do relator Omar Aziz (PSD-AM), que retira a redução dos recursos constitucionais do novo arcabouço fiscal

Confiança depois da votação

» MILA FERREIRA
» PABLO GIOVANNI

A classe política comemorou a vitória de ontem no Senado Federal. O relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) do Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 — que institui o novo arcabouço fiscal — foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no plenário da Casa, sem o item que altera o cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), salvando o recurso do teto de gastos.

O secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do DF, Ney Ferraz, pontuou as vantagens da manutenção dos recursos. “Vai ser bom para os servidores, os investimentos, as grandes obras... Vai ajudar os próximos governadores a dar continuidade aos serviços de excelência prestados ao DF”, destaca.

A proposta, no entanto, precisa retornar à Câmara dos Deputados, uma vez que houve alterações no Senado. A expectativa é que o projeto seja votado na Câmara em 4 de julho. Conforme o **Correio** antecipou, as cinco emendas propostas em defesa do FCDF, antes da leitura do relatório, foram acatadas por Omar Aziz. “Ainda não dá para sentir alívio. Só vamos descansar da mobilização depois de ser votado na Câmara. Pela gravidade do tema, só dá para desmobilizar após a vitória concretizada”, pondera a vice-governadora Celina Leão (PP).

A senadora Leila Barros (PDT-DF) concorda que “não dá para respirar aliviada”, mas ressalta que, neste momento, é um alívio a vitória dentro do Senado. “Acredito que vamos conseguir sensibilizar a Câmara da importância da retirada do Fundo Constitucional desse texto (do arcabouço) definitivamente. Vamos começar outra batalha”, acrescenta.

Repercussão

Para a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), há um grande caminho a percorrer sobre a proposta aprovada no arcabouço fiscal, mas elogia toda a mobilização da bancada do DF em prol do FCDF. “Vou continuar trabalhando, porque não acaba aqui. Temos que continuar. O meu trabalho é o convencimento individual. O relator (Omar Aziz) trouxe uma frase ontem (anteontem) que, para mim, é suficiente: ‘Na dúvida, sou pró-DF’. Vou mostrar para cada deputado que corremos muito risco. Mas estou feliz com o trabalho da bancada”, afirma.

O ex-governador e presidente regional do Partido Social Democrático (PSD), Paulo Octávio, também esteve presente na votação do arcabouço na CAE e elogiou o relatório de Omar, aprovado no plenário da Casa. “A articulação tem que continuar. Todas as forças políticas de Brasília se uniram hoje (ontem), todos os partidos estiveram presentes. Foi importante aqui, no Senado, a indicação do senador Omar Aziz como relator. Ele tem conceito e respeito na



Só vamos descansar da mobilização depois de ser votado na Câmara. Pela gravidade do tema, só dá para desmobilizar após a vitória concretizada”

Celina Leão,
vice-governadora do DF (PP)



(A preservação do fundo) Vai ser bom para os servidores, os investimentos, as grandes obras... Vai ajudar os próximos governadores a dar continuidade aos serviços de excelência prestados ao DF”

Ney Ferraz, secretário de Planejamento do DF

Casa e, mesmo com a pressão por parte do deputado (Cláudio Cajado (relator na Câmara), foi muito firme na posição de defender o Fundo Constitucional”, diz.

Na votação no Senado, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) se mostrou confiante. “O texto foi fruto de muita negociação da bancada do DF. Estivemos com todos os políticos possíveis. Agora, estamos preparando o terreno na Câmara. Conversei com o Arthur (Lira, presidente da Câmara) para não mexermos no texto do Omar. O que cabe a nós é apenas optar pelas mudanças no Senado ou no texto da Câmara. Vamos fazer o máximo de esforço para que não tenhamos nenhum tipo de risco”, enfatiza a parlamentar.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) comemorou a retirada do FCDF do texto do arcabouço. O tucano disse que o relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), foi convencido na manhã de ontem sobre o Fundo. Com isso, abre margem para que o projeto avance na Câmara com o mesmo texto do Senado, indo à sanção presidencial. “Foi uma grande vitória. A população do DF estava apreensiva para garantir os recursos, como sempre foram feitos, desde que foi criado o Fundo no DF”, defende.

Ed Alves/CB/DA.Press



Pela manhã, a vice-governadora Celina Leão (PP-DF) acompanhou a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Senado

Fotos: Minervino Júnior/CB



Damares Alves (Republicanos-DF): convencimento individual



Izalci Lucas (PSDB-DF): uma grande vitória para a população

Reconhecimento necessário

O setor produtivo do Distrito Federal recebeu a exclusão do FCDF do texto do novo marco fiscal com confiança. O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), Adalberto Valadão Júnior, argumenta que os senadores entenderam a magnitude da importância do FCDF para a capital federal. “A retirada da limitação do valor do Fundo Constitucional do DF do relatório do novo arcabouço fiscal aprovado, hoje (ontem), no Senado foi uma medida sensata”, afirma.

“Demonstra o reconhecimento, por parte do Senado, e dos demais atores envolvidos sobre a importância do Distrito Federal como anfitrião dos poderes federais da República, e dos impactos que isso traz nos custos de administração da nossa cidade. O setor produtivo fica aliviado pelo desfecho positivo, até então, e é grato pela sensibilidade de todos que fizeram parte dessa luta”, completa Valadão Júnior.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), José Aparecido Freire reforça que a decisão do Senado é necessária para passar um recado aos deputados federais sobre a importância do FCDF. “Decisão justa e sensata dos senadores, que devolve ao Distrito Federal aquilo que, por direito, lhe pertence. A capital do país precisa reunir as condições para cumprir a missão de dotar o DF de qualidade de vida, segurança, saúde e educação para todos que aqui residem, especialmente para os representantes dos poderes e as representações estrangeiras”, afirma o presidente da Fecomércio.



Decisão justa e sensata dos senadores, que devolve ao Distrito Federal aquilo que, por direito, lhe pertence”

José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio-DF



O setor produtivo fica aliviado pelo desfecho positivo, até então, e é grato pela sensibilidade de todos que fizeram parte dessa luta”

Adalberto Valadão Júnior, presidente do Sinduscon-DF